



Quinto, do Tribunal de Contas da União, porque todos votaram seus Planos de Cargos e Salários, inclusive a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, e os Planos de Cargos e Salários dos servidores públicos do Tribunal de Contas da União não foram votados.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Então, seria o Poder Judiciário, e o TCU também será incluído?

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Também será incluído. Por isso, peço aos Parlamentares que permaneçam em plenário para votarmos essas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Concedo a palavra, para oferecer parecer à medida provisória e às emendas a ela apresentadas, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a Sra. Kelly Moraes.

A SRA. KELLY MORAES (PTB-RS. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Medida Provisória nº 311, de 2006, abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Justiça e da Integração no valor global de 208 milhões de reais, que tem por finalidade intensificar as ações de construção, reforma, ampliação, modernização e aparelhamento de estabelecimentos penais, de melhoria de gestão e de serviços de inteligência e de reintegração social dos apenados ingressos no sistema penitenciário, como de forma combate a reincidência criminal.

A relevância e urgência justifica-se pela grave situação pela qual passam os sistemas penitenciários locais, a exemplo da onda de violência que vem ocorrendo em unidades prisionais. Quanto ao Ministério da Integração Nacional, os recursos



destinam-se ao atendimento a população vítima de intensas chuvas que provocam inundações e alagamentos em Municípios dos Estados da Região Nordeste.

Pela relevância da medida provisória nosso parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Em discussão. *(Pausa.)*

Os Deputados Ricardo Barros e Luiz Carlos Hauly abrem mão da palavra.

NÃO HAVENDO MAIS ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Em votação o parecer do Relator na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e sua adequação financeira e orçamentária nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, CN.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Em votação as Emendas nºs 1 a 6, apresentadas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Relator, contrário às emendas, levantem os braços. *(Pausa.)*

REJEITADAS.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Em votação a Medida Provisória nº 301, de 2006.